

POLÍTICA ECONÔMICA

Carlos Chicarino/AE — 15/6/90

Maia: proposta é inflacionária

Congresso quer rolar dívida de Estados

Parlamentares se agrupam para derrubar proibição à rolagem das dívidas estaduais

MARTA SALOMON
e ALDO RENATO SOARES

BRASÍLIA — O Congresso prepara-se para quebrar um tabu da equipe econômica e autorizar a rolagem da parcela da dívida externa dos Estados e Municípios com aval

da União a vencer em 1991, que o governo proíbe. O motivo da nova briga entre o Legislativo e o Executivo é o projeto da lei orçamentária, e contra a equipe econômica estão os governadores eleitos e a quase unanimidade dos deputados e senadores. A conta deverá custar US\$ 1,68 bilhão (cerca de Cr\$ 198 bilhões pelo câmbio comercial) — ou seja, tratam-se de recursos que deveriam ser pagos por Estados e Municípios e que entrariam no caixa do Tesouro.

A rolagem da dívida dos Estados

e Municípios é considerada “fato consumado” pela Comissão Mista de Orçamento, que vota até o final do mês o projeto que fixa as receitas e as despesas do governo para 1991. Os recursos para a rolagem estão sendo remanejados das operações de crédito programadas pelo Executivo. “Achamos um absurdo que o governo tenha assegurado a rolagem de 100% da dívida das estatais federais e deixado à mingua Estados e Municípios”, disse o deputado José Geraldo Ribeiro (PL-MG), encarregado de encontrar

fonte de financiamento para a operação.

José Geraldo disse que pretende propor ao plenário da Comissão Mista de Orçamento a rolagem de 70% da dívida a vencer, cujo total é calculado em US\$ 2,4 bilhões (cerca de Cr\$ 283 bilhões). Ele encontrou-se terça-feira com o governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, que já tratou de mobilizar toda a bancada paulista para a causa. A pressão do Estado tem seus motivos: São Paulo detém a maior parcela da dívida externa a desembol-

sar, em 1991, com cerca de US\$ 800 milhões, cerca de Cr\$ 9,4 bilhões pelo câmbio comercial.

Entretanto, em conversa com o secretário executivo do Ministério da Economia, João Maia, o deputado José Geraldo não conseguiu o pretendido respaldo do governo federal à tentativa de obter a rolagem da dívida dos Estados e Municípios. Maia advertiu ao deputado que “essa rolagem trará efeitos inflacionários à economia.” **(Leia mais notícias sobre os gastos de Estados e Municípios na página 4)**